

DOCUMENTO DO BANCO INTERAMERICANO DE DESENVOLVIMENTO

BRASIL

**<Denominação do Projeto>
BR-LXXXX**

**PROPOSTA DE DESENVOLVIMENTO OPERACIONAL
MODELO PROFISCO – ROP ANEXO XVIII**

Este documento foi preparado pela equipe de Projeto composta por: <.....> (.....),
Chefe de Equipe; <.....> membros da equipe; <.....> assistentes de
Projeto; <.....>, consultores.

SUMÁRIO DO PROJETO
BRASIL
<DENOMINAÇÃO DO PROJETO>
BR-LXXX

Termos e Condições Financeiras¹			
Mutuário: GOVERNO DO ESTADO <UF>		Período de Amortização:	20 anos
		Período de Carência:	4 ou 5 anos
		Período de Desembolso:	4 ou 5 anos
Órgão Executor: <.....>			
Fonte	Valor em US\$		
BID (CO)	US\$ 0,0 milhões	Taxa de Supervisão e Inspeção:	0%
BID (FOE)			
Outras / Co-financiamento		Taxa de Juros:	Ajustável
Local	US\$ 0,0 milhões	Comissão de Crédito:	0,25% sobre valores não desembolsados
Total	US\$0,0 milhões	Moeda:	Dólar Americano da Facilidade Unimonetária do CO
Visão Geral da Linha de Crédito CCLIP-PROFISCO e do Projeto			
Objetivos e Descrição			
Objetivo:			
Descrição:			
O Projeto do Estado <UF> está estruturado em <..> Componentes e respectivos Subcomponentes , conforme segue:			
1. Gestão Estratégica Integrada: (i) Aperfeiçoamento organizacional e da gestão estratégica e, (ii) Cooperação interinstitucional nacional e internacional.			
2. Administração Tributária e Contencioso Fiscal: (i) Melhoria da eficiência e eficácia da administração tributária; (ii) Aperfeiçoamento da gestão do cadastro e implantação do sistema público de escrituração digital e, (iii) Melhoria da eficiência e eficácia da Administração do Contencioso Fiscal.			
3. Administração Financeira, Patrimônio e Controle Interno: (i) Melhoria da eficiência e da eficácia da administração financeira; (ii) Melhoria da eficiência e da eficácia da administração de material e de patrimônio e, (iii) Aperfeiçoamento dos mecanismos de controle interno e correição.			
4. Gestão de Recursos Estratégicos: (i) Aperfeiçoamento dos mecanismos de transparência e comunicação com a sociedade; (ii) Modernização da gestão e aperfeiçoamento dos serviços de tecnologia da informação e comunicação; (iii) Aperfeiçoamento da gestão de recursos humanos; e, (vi) Fortalecimento da gestão do conhecimento.			
Cláusulas contratuais especiais: Não se aplica			

Exceções às políticas do Banco:	
a. Contratação Direta: No âmbito estadual será permitida a contratação direta dos serviços prestados pelas seguintes instituições públicas brasileiras, nas suas áreas de atuação: (i)	
b. Agência especializada: O mutuário poderá contratar diretamente os serviços de uma agência especializada para a prestação de apoio técnico exclusivamente nos processos de aquisição de bens e seleção de firmas consultoras ou consultores individuais para execução de atividades relacionadas com a execução do Projeto, ressalvadas as seguintes condições: (i) o Banco deverá aprovar previamente o contrato que será assinado com a agência especializada; (ii) a agência especializada deverá assumir o compromisso de seguir as políticas e procedimentos do Banco sobre aquisições e contratações; (iii) não será permitida a contratação de consultoria para a realização de atividades da rotina de execução do Projeto.	
Projeto qualificado para: Não se aplica	SEQ[] PTI [] Setorial [] Geográfico [] N° de beneficiários []

¹ A taxa de juros, a comissão de crédito e a taxa de supervisão e inspeção mencionadas neste documento são fixadas em conformidade com o documento FN-568-3 Rev. e podem ser alteradas pela Diretoria Executiva, com base em informações antecedentes disponíveis, bem como nas recomendações do Departamento Financeiro. Em nenhuma hipótese a comissão de crédito excederá 0,75%, ou a taxa de inspeção e supervisão excederá 1% do valor do empréstimo (*).

(*) No que se refere à taxa de inspeção e supervisão, em nenhuma hipótese a cobrança excederá, num determinado período de seis meses, o valor que resultaria da aplicação de 1% ao valor do empréstimo, dividido pelo número de períodos de seis meses incluídos no período de desembolso original.

ANEXOS E LINKS ELETRÔNICOS

ANEXOS OBRIGATÓRIOS	ESTADO DE PREPARAÇÃO	Link
Anexo I: Marco de Resultados do Projeto	Concluído – Parte integrante do POD	Impresso
Anexo II: Plano de Aquisições do Projeto (PA) – 18 meses (Quadro detalhado)	Concluído – Parte integrante do POD	Impresso
Anexo III: Plano Operacional do Projeto (POA) – 18 meses	Concluído	Link
Anexo IV: Sistemática de Monitoramento e Avaliação e Quadro de Indicadores do Projeto	Concluído	Link
REFERENCIAS TÉCNICAS ADICIONAIS	ESTADO DE PREPARAÇÃO	Link
Anexo V: Mapa de Problemas – Síntese diagnóstica da gestão fiscal	Concluído	Link
Anexo VI: Plano de Ação e de Investimentos (PAI) do Projeto – 4 anos	Concluído	Link
Anexo VII: Plano de Aquisições do Projeto (PA) – 18 meses (Descritivo)	Concluído	Link
Anexo VIII: Plano de Aquisições do Projeto (PA) – 18 meses (Detalhado)	Concluído	Link
Anexo IX: Análise de Financeira do Projeto	Concluído	Link
Anexo X: Arranjo Institucional e Mecanismo de Execução do Projeto	Concluído	Link
Anexo XI Estrutura do Relatório de Progresso do Projeto	Concluído	Link
Anexo XII: Lei Autorizativa Estadual para contratação da Operação de Crédito	Concluído	Link
Anexo XIII: Ato de criação da UCP	Concluído	Link
Anexo XIV: Ato de designação da equipe da UCP	Concluído	Link
Anexo V: Plano Estratégico do Órgão Executor (se houve)	Concluído	Link
Anexo XVI: Relatório de Gestão Fiscal do Estado de <UF>	Concluído	Link
Anexo XVII: Relatório de Encerramento do PNAFE/<UF>	Concluído	Link

I. DESCRIÇÃO E MONITORAMENTO DE RESULTADOS DO PROJETO

A. Antecedentes, Desafios, Justificativa

- 1.1 **Aspectos Sócio-Econômicos:** O Estado <UF> é uma das 27 unidades federativas do Brasil, está localizado na região <....> do País e ocupa uma área de <.....> km², com uma população de aproximadamente <.....> habitantes. O Estado, com um Produto Interno Bruto (PIB) da ordem de R\$ 0 bilhões tem a economia baseada na <.....>. O Estado apresentou um crescimento médio do PIB de 0% a.a, no período de <ano> a <ano>, seguindo a tendência nacional, porém a um ritmo <igual/superior/inferior> ao ritmo <região> e do Brasil (2,6% a.a).
- 1.2 **Aspectos Fiscais:** O processo de modernização da gestão fiscal do Estado de <UF> alcançou avanços nas áreas de:
- 1.3 No período de <ano> a <ano>, foram consolidados inúmeros projetos em andamento e adotadas novas medidas, tanto financeira, como tributária, com o objetivo de:
- 1.4 No plano nacional, o governo do Estado participou de importantes discussões, como as relacionadas com:
- 1.5 **Aspectos Institucionais:** A gestão fiscal do Estado <UF> é realizada por meio da ação integrada das seguintes instituições:
- 1.6 Para o cumprimento de sua missão, a <Órgão executor> dispõe de um quadro de pessoal de aproximadamente <....> servidores, distribuídos entre categorias específicas da administração fiscal, cargos comissionados e administrativos. As principais competências institucionais <Órgão executor> estão concentradas nas áreas de:
- 1.7 Dentre os resultados alcançados pela gestão fiscal do Estado merecem destaque os seguintes:.
- 1.8 **Desafios para o futuro:** Não obstante os bons resultados já alcançados verifica-se a necessidade de ampliar o fortalecimento de gestão fiscal, nas seguintes áreas:
 - a. **Gestão Estratégica Integrada:**
 - b. **Administração Tributária e Contencioso Fiscal:**
 - c. **Administração Financeira, Patrimônio e Controle Interno:**
 - d. **Gestão de Recursos Estratégicos:**

Essas informações devem ser consolidadas a partir do PP, podendo ser ampliada com base no Relatório de Macro Diagnóstico Institucional-Fiscal do Projeto (PROFISCO ROP Anexo IV).

A. Objetivo, Componentes e Custos do Projeto

1.9 O objetivo geral deste Projeto é

1.10 O Projeto está estruturado em <.> (.....) Componentes e respectivos Subcomponentes:

- a. **Gestão Estratégica Integrada (US\$0,0):** (i) *Aperfeiçoamento organizacional e da gestão estratégica:* Este Subcomponente financiará a implantação de:(ii) *Cooperação interinstitucional nacional e internacional:* Este Subcomponente financiará a implantação de.....
- b. **Administração Tributária e Contencioso Fiscal (US\$0,0):** (i) *Melhoria da eficiência e eficácia da administração tributária:* Este Subcomponente financiará a implantação de:(ii) *Aperfeiçoamento da gestão do cadastro e implantação do Sistema Público de Escrituração Digital-SPED:* Este Subcomponente financiará: (iii) *Melhoria da eficiência e eficácia da administração do contencioso fiscal:* Este Subcomponente financiará a implantação de:
- c. **Administração Financeira, Patrimônio e Controle Interno (US\$3,768,856):** (i) *Melhoria da eficiência e da eficácia da administração financeira:* Este Subcomponente financiará a implantação de:(ii) *Melhoria da eficiência e da eficácia da administração de material e de patrimônio:* Este Subcomponente financiará a implantação: (iii) *Aperfeiçoamento dos mecanismos de controle interno e correição:* Este Subcomponente financiará a implantação de:
- d. **Gestão de Recursos Estratégicos (US\$0,0):** (i) *Aperfeiçoamento dos mecanismos de transparência e comunicação com a sociedade:* Este Subcomponente financiará a implantação: (ii) *Modernização da gestão e aperfeiçoamento dos serviços de tecnologia da informação e comunicação:* Este Subcomponente financiará a implantação de: (iii) *Aperfeiçoamento da gestão de recursos humanos:* Este Subcomponente financiará a implantação de: (vi) *Fortalecimento da gestão do conhecimento:* Este Subcomponente financiará a implantação de

Essas informações devem ser consolidadas a partir da versão final do Plano de Ação e de Investimentos – PAI do Projeto (PROFISCO ROP Anexo I).

- 1.11 Para o desenvolvimento desses Subcomponentes, o Projeto utilizará os seguintes tipos de recursos: (i) **Capacitação:** contratação de cursos, seminários ou outras formas de treinamento e realização de visitas técnicas, nacionais e internacionais; (ii) **Consultoria:** contratação de pessoas físicas ou jurídicas, nacionais ou

internacionais, para apoiar ou desenvolver as atividades do Projeto, inclusive sistemas informatizados; (iii) **Equipamentos e Sistemas de Tecnologia de Informação e Comunicação:** aquisição e instalação de hardware, redes de computação, software básico e sistemas aplicativos; (iv) **Equipamentos, Materiais e Serviços de Apoio Operacional:** aquisição de material permanente, de comunicação e de recursos instrucionais e contratação de serviços de apoio técnico, administrativo e operacional, exceto consultoria; (v) **Instalações Físicas:** reforma e adequação física de unidades operacionais e de atendimento ao cidadão-contribuinte.

- 1.12 **Orçamento Global:** O valor total do Projeto é de **US\$0,0** sendo **US\$0,0** (68%) de financiamento e **US\$0,0** (32%) de contrapartida local, conforme demonstrado no orçamento global abaixo apresentado.

Orçamento Global do Projeto BR-L1165 – Por fonte (valores em US\$ milhões)				
CATEGORIAS	BID	Local	TOTAL	%
1- Administração do Projeto				
1.1 Gestão do Projeto				
1.2 Monitoramento e Avaliação				
2- Custos Diretos				
2.1 Gestão Estratégica Integrada				
2.2 Administração Tributária e Contencioso Fiscal				
2.3 Administração Financeira, Patrimônio e Controle Interno				
2.4 Gestão de Recursos Estratégicos				
3- Custos Indiretos				
3.1 Imprevistos				
4- Custos Financeiros				
4.1 Juros				
TOTAL				
%				

- 1.13 **Programação de Desembolso:** O Projeto será executado no prazo de <4 ou 5> anos, de acordo com a programação de desembolso abaixo apresentada:

FONTE	Ano	Ano	Ano	Ano	TOTAL	%
BID	3.187	6.452	2.514	2.847	15.000	68,0
Local	2.632	3.234	579	747	7.192	32,0
TOTAL (em US\$milhões)	5.819	9.686	3.093	3.594	22.192	100,00
%	26	44	14	16	100,00	---

Essas informações devem ser consolidadas a partir da versão final do Plano de Ação e de Investimentos – PAI do Projeto (PROFISCO ROP Anexo I).

- 1.14 **Análise Financeira:** Diante do porte da operação, a equipe de Projeto optou pela realização de uma simples análise comparativa entre os custos financeiros incrementais e os benefícios relacionados com a implementação de apenas <...> produtos do Projeto. Assim, na análise financeira foram considerados: <.....>. Ainda, a análise utilizou as seguintes referências: (i) horizonte de 10 anos; (ii) Taxa de desconto de 12,5% aa; e (iii) Taxa de crescimento de <....> aa.¹.
- 1.15 De acordo com a tabela constante do Anexo técnico (Análise Financeira do Projeto), estima-se que um ano após o término da execução do Projeto, este já apresentará um benefício financeiro líquido acumulado em valor presente de US\$0,0 milhões e, ainda, que cinco anos após o término de sua execução estima-se um benefício financeiro líquido acumulado em valor presente de US\$0,0 milhões..

Essa informação deve ser consolidada a partir da versão final Análise Financeira do Projeto.

B. Indicadores-Chave do Marco de Resultados do Projeto

- 1.16 Ao final da execução do Projeto os resultados esperados mais relevantes são²:
- a. **Objetivo Geral:**
 - b. **Componentes e Subcomponentes:**

Essas informações devem ser consolidadas a partir da versão final do Marco de Resultados do Projeto

- 1.17 Na Seção IV deste documento e na Sistemática de Monitoramento e Avaliação do Projeto estão descritos os arranjos (institucional, responsabilidades e regras de operação) demonstrando como será desenvolvido o processo de monitoramento e avaliação dos produtos e resultados do Projeto. No anexo também está detalhado o Quadro de Indicadores, apresentando fonte e frequência de atualização e apuração dos indicadores. (ver Anexo técnico)
- 1.18 Quanto aos impactos, o Projeto contribuirá, no âmbito estadual, para: (i) o equilíbrio fiscal sustentável, com repercussão na economia do Estado; (ii) a ampliação da sua capacidade de investimento; e (iii) o aumento da satisfação do contribuinte-cidadão. No âmbito nacional, contribuirá para: (i) a facilitação do comércio interestadual; (ii) a redução da sonegação e da fraude; (iii) o aperfeiçoamento do sistema tributário nacional; (iv) a integração dos fiscos; e (v) aumento da equidade fiscal.

II. ESTRUTURA DE FINANCIAMENTO E PRINCIPAIS RISCOS DO PROJETO

¹ Taxa de crescimento do PIB do Estado <.....>, projetada na PPA 2008-2011.

² Para efeito de verificação dos resultados os valores apresentados em Reais, ano-base <....>, serão atualizados pelo IGP-DI (mesmo índice utilizado no Programa de Ajuste Fiscal com o Governo Federal).

C. Financiamento, Aquisições e Condições Contratuais

- 2.1 **Financiamento:** De acordo com as opções oferecidas pela Linha de Crédito CCLIP-PROFISCO, o Projeto será executado na modalidade tradicional de operação para aquisições de bens e contratação de serviços, denominada de Empréstimos de Investimentos.
- 2.2 **Aquisições:** As aquisições de bens e serviços técnicos e as seleções e contratações de consultorias, que forem custeadas total ou parcialmente com recursos do financiamento, no âmbito do Projeto, deverão ser realizadas seguindo as “*Políticas para a Aquisição de Obras e Bens financiados pelo BID*” (GN-2349- versão vigente) e as “*Políticas para a Seleção e Contratação de Consultorias financiadas pelo BID*” (GN-2350- versão vigente) e em conformidade com o estabelecido no Contrato de Empréstimo.
- 2.3 O Órgão Executor poderá celebrar acordos de cooperação com outros órgãos, entidades e Poderes, cujas atribuições sejam correlatas com o escopo do Projeto, objetivando ações complementares de modernização. Para tanto, serão definidos programas de trabalho contendo atividades compatíveis com os Componentes e Subcomponentes do Projeto, que serão executados, segundo as orientações emanadas da UCP. Não haverá transferência de recursos financeiros do Mutuário para esses Órgãos.
- 2.4 Os bens adquiridos com recursos do Projeto serão de propriedade do Estado, a cargo da Secretaria da Fazenda, celebrando-se, quando for o caso, Termo de Cessão de Uso.
- 2.5 **Compartilhamento e Cooperação Técnica:** O Mutuário deverá realizar ações de integração e cooperação nacional e internacional, na área fiscal, em especial, quanto ao compartilhamento de soluções técnicas, intercâmbio de informações, transferência de conhecimentos, formação de redes temáticas e cooperação interinstitucional.
- 2.6 **Contratação Antecipada e Financiamento Retroativo:** De acordo com as políticas do BID (OP-504 e OA-410), o prazo para reconhecimento de gastos retroativos, financiados via contrapartida local ou recursos do financiamento, é de até 18 (dezoito) meses, compreendidos entre a data de aprovação da Carta-Consulta pela COFIEX (<data>) e a data de aprovação do empréstimo pela Diretoria do BID. Serão aceitos para reconhecimento de gastos retroativos, financiados via contrapartida local, valores correspondentes a 100% da contrapartida local.
- 2.7 **Revisão do Banco:** O BID revisará os procedimentos de aquisição, documentos, avaliações de propostas, recomendações de adjudicação e o contrato, a fim de assegurar que o processo seja executado conforme procedimentos acordados, tal como estabelecido no Contrato de Empréstimo. Os 03 primeiros processos de aquisição de bens e serviços (que não sejam de consultoria) e os 03 primeiros

processos de seleção e contratação de consultoria (pessoa jurídica), financiados, total ou parcialmente, com recursos do BID, deverão ser submetidos à revisão prévia (*ex-ante*), independente de seu valor. Após esta fase será aplicado o método de revisão *ex-post*. Nos processos de Licitações Públicas Internacionais, assim como nas Contratações Diretas, a revisão será na modalidade “*ex-ante*”.

3.8 Exceções às políticas do Banco:

a. Contratação Direta: No âmbito estadual será permitida a contratação direta dos serviços prestados pelas seguintes instituições públicas brasileiras, nas suas áreas de atuação: (i) Agência Estadual de Tecnologia de Informação de Pernambuco (ATI); e (ii) Instituto de Recursos Humanos do Estado de Pernambuco (IRH). Essa exceção se justifica pelo fato de essas instituições serem entes públicos, criados por lei, com missões institucionais voltadas, respectivamente, ao desenvolvimento de tecnologias de informação e ao desenvolvimento gerencial e formação de técnicos do poder público estadual, à exceção dos temas fazendários. Justifica-se, ainda, em razão do caráter continuado, da especificidade e da natureza dos serviços por elas prestados, que devem assegurar a sustentabilidade do Projeto e manutenção da oferta desses serviços e produtos. Ressalte-se que a ATI já vem desenvolvendo produtos e sistemas na área de tecnologia da informação para a SEFAZ, inclusive aqueles vinculados ao E-FISCO, um dos produtos mais importantes do PROFISCO/PE. Quanto ao IRH, cabe destacar os trabalhos de pesquisa e formação que ela vem prestando à SEFAZ, nas áreas de gestão pública, planejamento e desenvolvimento organizacional, bem como na capacitação dos quadros da administração pública estadual, não pertencentes à estrutura da Fazenda, mas que atuam em apoio à consecução dos seus objetivos finalísticos, como por exemplo a Procuradoria Geral do Estado e o Controle Interno. Ademais, essas instituições que foram criadas para fornecer esses serviços ao Estado há mais de 10 anos, terão a oportunidade, com o Projeto, de aperfeiçoarem os serviços ofertados e de ampliarem a abrangência e escopo da sua atuação.

b. Agência especializada: O mutuário poderá contratar diretamente os serviços de uma agência especializada para a prestação de apoio técnico exclusivamente nos processos de aquisição de bens e seleção de firmas consultoras ou consultores individuais para execução de atividades relacionadas com a execução do Projeto, ressalvadas as seguintes condições: (i) o Banco deverá aprovar previamente o contrato que será assinado com a agência especializada; (ii) a agência especializada deverá assumir o compromisso de seguir as políticas e procedimentos do Banco sobre aquisições e contratações; (iii) não será permitida a contratação de consultoria para a realização de atividades da rotina de execução do Projeto..

Essas informações devem ser consolidadas a partir do ROP-PROFISCO e do Plano de Aquisições do Projeto – Parte Descritiva.

D. Riscos Ambientais e de Salvaguarda Social

- 2.8 Em relação a questões ambientais, o projeto obteve uma classificação “C”, de acordo com os critérios do “*Sustainable Finance Toolkit*” do Banco, que é consistente com a avaliação da equipe de projeto por se tratar de operação de modernização institucional de uma secretaria de finanças. Conseqüentemente, não se considera necessária a preparação de uma estratégia ambiental para o projeto. Em relação à análise de risco, a mesma foi aplicada por equipe especializada da representação do BID no Brasil, resultando em classificação de risco baixo a moderado e ausência de recomendações adicionais (ver anexos técnicos).

Essas informações devem ser consolidadas dos Anexos I, II e III do PP.

E. Risco Fiduciário

- 2.9 *Falta de experiência em aquisições e contratações, utilizando-se as Políticas do Banco.* Este risco será mitigado por meio da capacitação da Unidade de Coordenação do PROFISCO-PE (UCP) nas Políticas do BID em matéria de aquisições e pela adoção de modelos padronizados de documentos.
- 2.10 *Baixa capacidade no gerenciamento de projetos.* Este risco será mitigado por meio da sistemática de monitoramento e avaliação, desenvolvida para os CCLIP-PROFISCO e pela capacitação da UCP em gestão de projetos, bem como em monitoramento e utilização de indicadores de resultado e de execução.

F. Outras Questões e Riscos Críticos

- 2.11 *Possibilidade de contingenciamento dos recursos do Projeto.* Este risco será mitigado por meio da determinação de inclusão dos recursos de contrapartida e financiamento, no Plano Plurianual (PPA) e no Orçamento Anual, durante o período de execução do Projeto.
- 2.12 *Baixa integração da gestão fiscal no âmbito nacional.* Este risco será mitigado por meio da participação do Estado nas atividades promovidas pela Comissão de Gestão Fazendária, especialmente criada junto ao Conselho Nacional de Política Fazendária (CONFAZ), para promover o intercâmbio de experiências e compartilhamento de soluções técnicas no âmbito do PROFISCO.

Essas informações devem ser consolidadas a partir da Matriz de Risco do Projeto Individual, atualizada durante a Missão de Análise e do documento de Arranjo Institucional e Mecanismos de Execução.

III. PLANO DE IMPLEMENTAÇÃO E GESTÃO DO PROJETO

G. Resumo do Arranjo Institucional para Execução

- 3.1 O órgão executor do Projeto será <.....>, onde deverá ser constituída, no âmbito da <unidade de subordinação da UCP>, a **Unidade de Coordenação do PROFISCO (UCP)**.
- 3.2 A estrutura Básica da UCP compõe-se de: (i) **Coordenador Geral**, diretamente subordinado ao Secretário da Fazenda; (ii) **Coordenador Técnico**, subordinado ao Coordenador Geral; (iii) **Coordenador Administrativo-Financeiro**, subordinado ao Coordenador Geral; (iv) **Assistente Técnico de Monitoramento e Avaliação**, vinculado ao Coordenador Geral.
- 3.3 Além dessa estrutura básica, serão designados: (i) **Supervisores de Componentes**, entre os Gerentes das áreas nas quais será executado o Projeto; e (ii) **Líderes de Subcomponentes**, entre Chefes ou técnicos das diversas áreas envolvidas. A idéia central é a de evitar a criação de estruturas paralelas à estrutura formal <Órgão executor>, de modo a comprometer os diversos gerentes e técnicos com a formulação e implantação das soluções ao longo de toda a execução. (Ver anexo técnico).

Essas informações devem ser consolidadas a partir do documento de Arranjo Institucional e Mecanismos de Execução.

H. Resumo dos Arranjos para Monitorar Resultados

- 3.4 O monitoramento do Projeto será baseado na programação de atividades e no detalhamento físico e financeiro dos **Produtos** constantes do **POA** e nas descrições de aquisições e contratações constantes do **PA**.
- 3.5 A avaliação do Projeto será baseada nas metas, na linha de base e nos respectivos indicadores anuais de Produtos e Resultados integrantes do Marco de Resultados do Projeto, que define dois níveis de indicadores relacionados a metas anuais e respectiva linha de base:
- a. **Nível 1: Execução do Produto**. Neste nível o **Marco de Resultados obrigatoriamente** apresenta a definição de uma linha de base, uma meta e respectivos desdobramentos anuais, relacionados com um **Produto** que está associado a um Subcomponente e respectivo Componente. Os Produtos serão avaliados de acordo com a periodicidade descrita no Quadro de Indicadores.
 - b. **Nível 2: Alcance de Resultados**. Neste nível o **Marco de Resultados obrigatoriamente** apresenta a definição de uma linha de base, uma meta e respectivos desdobramentos anuais, relacionados com um **Resultado** que está associado a um Subcomponente e respectivo Componente. Os Resultados serão avaliados de acordo com a periodicidade descrita no Quadro de Indicadores.
- 3.6 A avaliação dos resultados alcançados pelos **Subcomponentes** deverá ser objeto de análises agregadas dos avanços na execução dos Produtos e dos Resultados

vinculados a cada Subcomponente, constante da estrutura do **Marco de Resultados** do Projeto. Essas verificações ocorrerão por ocasião dos procedimentos de elaboração do Relatório de Revisão do Empréstimo (LRR) e do Relatório de Encerramento do Projeto (PCR)

- 3.7 Os riscos do Projeto serão analisados por meio da Matriz de Risco (Apêndice I do POD), verificando-se a ocorrência das hipóteses de risco nela descritas, assim como, a implementação das medidas mitigadoras. Transcorridos 18 meses do início do prazo de execução do Projeto, será reaplicada a metodologia de Avaliação de Risco do Banco, revendo-se a respectiva Matriz.
- 3.8 No planejamento, monitoramento e avaliação do Projeto serão utilizados os seguintes instrumentos:
- a. **Plano Operacional (POA):** Este instrumento tem por finalidade apresentar ao BID uma proposta de plano anual para execução do Projeto. O POA consolida todas as atividades que serão desenvolvidas durante determinado período de execução, por Produto e seu cronograma físico-financeiro. O primeiro POA deverá alcançar o período de dezoito meses, contado a partir da assinatura do Contrato de Empréstimo. O POA subsequente abrangerá o período imediatamente posterior à primeira revisão, até o dia 31 de Dezembro do respectivo ano. A partir de então, serão apresentados POAs para cada ano-calendário (1º de janeiro a 31 de Dezembro). Este documento deverá ser apresentado ao BID até do dia 30 de Novembro do ano anterior à sua vigência.
 - b. **Plano de Aquisições (PA):** Este instrumento tem por finalidade apresentar ao BID e tornar público o detalhamento de todas as aquisições e contratações que serão efetuadas em determinado período de execução do Projeto, de acordo com as “*Políticas para a Aquisição de Obras e Bens financiados pelo BID*” (GN-2349-versão vigente) e as “*Políticas para a Seleção e Contratação de Consultorias financiadas pelo BID*” (GN-2350-versão vigente) e em conformidade com o estabelecido no Contrato de Empréstimo. O PA deve ser apresentado junto com o POA, para análise e aprovação pelo BID, e atualizado anualmente ou quando necessário, durante todo o período de execução do Projeto.
 - c. **Relatórios Semestrais de Progresso:** Este relatório tem por finalidade apresentar ao BID os resultados alcançados na execução do POA e do PA, relativos ao acompanhamento dos processos de execução e de solicitação e liberação de desembolsos. O Relatório de Progresso correspondente ao 2º semestre do ano calendário deverá apresentar uma síntese dos resultados alcançados por Componentes e Subcomponentes (parciais e totais, quando for o caso), analisando, ainda, os riscos do Projeto. Deve apresentar, também, uma visão consolidada das dificuldades e das lições aprendidas, bem como conclusões e recomendações destinadas a retroalimentar o Projeto. Esses informes serão elaborados no formato constante do Regulamento Operacional

do PROFISCO (ROP-PROFISCO) e deverão ser apresentados no prazo máximo de 30 dias depois do encerramento do semestre correspondente (ver Anexo Técnico).

- d. **Demonstrações Financeiras Auditadas (EFAs) e Relatórios Semestrais de Revisão Ex-Post de Aquisições e de Desembolsos:** Relatórios anuais e semestrais, emitidos por empresa independente de auditoria ou pelo Tribunal de Contas do Estado do Mutuário, quando credenciado pelo BID.
- e. **Relatório de Revisão do Empréstimo (LRR):** Este relatório será apresentado 18 meses após o início da execução do Projeto e será elaborado com base nos relatórios semestrais de progresso e no Marco de Resultados, a partir de informações oferecidas pelo Mutuário.
- f. **Relatório de Encerramento do Projeto (PCR):** Este relatório será apresentado 90 dias após o encerramento do último desembolso do Projeto e será elaborado com base nos relatórios semestrais de progresso, no Marco de Resultados, nos Estados Financeiros Auditados (EFAs) e nos resultados dos seminários de avaliação do Projeto e eventuais estudos, pesquisas e demais ações que se julguem pertinentes.

Essas informações devem ser consolidadas a partir do documento de Sistemática de Monitoramento e Avaliação do Projeto

ANEXOS IMPRESSOS

Marco de Resultados³
<Denominação do Projeto e UF> (BR-LXXXX)

Objetivo do Projeto							
I. Resultados	Base (2006)	Ano 1	Ano 2	Ano 3	Ano 4	Meta	Observação
Trajectoria da Dívida / RLR (Valor máximo)							
Resultado Primário (Milhões) (Valor mínimo)							
Pessoal / RCL (%) (Valor máximo)							
Receita Própria (Milhões) (Valor mínimo)							
Outras Despesas Correntes (%) (Valor máximo)							
Investimentos / RLR (%) (Valor máximo)							
II. COMPONENTE I: GESTÃO ESTRATÉGICA INTEGRADA							
Subcomponente 1 APERFEIÇOAMENTO ORGANIZACIONAL E DA GESTÃO ESTRATÉGICA							
Produtos							
Resultados							
Subcomponente 2 COOPERAÇÃO INTERINSTITUCIONAL NACIONAL E INTERNACIONAL							
Produtos							
Resultado							
COMPONENTE II: ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA E CONTENCIOSO FISCAL							
Subcomponente 3 MELHORIA DA EFICIÊNCIA E EFICÁCIA DA ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA							
Produtos							
Resultados							
Subcomponente 4 APERFEIÇOAMENTO DA GESTÃO DO CADASTRO E IMPLANTAÇÃO DO SISTEMA PÚBLICO DE ESCRITURAÇÃO DIGITAL							
Produtos							

³ Para efeito de verificação dos resultados os valores apresentados em Reais, ano-base 2007, serão atualizados pelo IGP-DI (mesmo índice utilizado no Programa de Ajuste Fiscal com o Governo Federal)

Marco de Resultados³
<Denominação do Projeto e UF> (BR-LXXXX)

Resultados							
Subcomponente 5 MELHORIA DA EFICIÊNCIA E EFICÁCIA DA ADMINISTRAÇÃO DO CONTENCIOSO FISCAL							
Produtos							
Resultados							
COMPONENTE III: ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA, PATRIMÔNIO E CONTROLE INTERNO							
Subcomponente 6 MELHORIA DA EFICIÊNCIA E DA EFICÁCIA DA ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA							
Produtos							
Resultados							
Subcomponente 7 MELHORIA DA EFICIÊNCIA E DA EFICÁCIA DA ADMINISTRAÇÃO DE MATERIAL E DE PATRIMÔNIO							
Produtos							
Resultados							
Subcomponente 8 APERFEIÇOAMENTO DOS MECANISMOS DE CONTROLE INTERNO E CORREIÇÃO							
Produtos							
Resultados							
COMPONENTE IV: GESTÃO DE RECURSOS ESTRATÉGICOS							
Subcomponente 9 APERFEIÇOAMENTO DOS MECANISMOS DE TRANSPARÊNCIA E COMUNICAÇÃO COM A SOCIEDADE							
Produtos							
Resultados							
Subcomponente 10 MODERNIZAÇÃO DA GESTÃO E APERFEIÇOAMENTO DOS SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO							
Produtos							
Resultados							
Subcomponente 11 APERFEIÇOAMENTO DA GESTÃO DE RECURSOS HUMANOS							
Produtos							
Resultados							

Marco de Resultados³
<Denominação do Projeto e UF> (BR-LXXXX)

Subcomponente 12 FORTALECIMENTO DA GESTÃO DO CONHECIMENTO

Produtos

Resultados

Plano de Aquisições – 18 Meses ⁴										
<Denominação do Projeto> (BR-LXXXX)										
No	Descrição do Contrato	Produto vinculado PA/POA	Custo Estimado (US\$)	Método de aquisição ⁵	Revisão ⁶	Fonte (%)		Datas estimadas		Comentários
						BID	Local	Publicação de anúncio	Término do Contrato	
SERVIÇOS DE CONSULTORIA										
	TOTAL									
SERVIÇOS TÉCNICOS (que não de Consultoria)										
	TOTAL									
BENS										
	TOTAL									
OBRAS										
	TOTAL									

⁴ Taxa de conversão. US\$1,00 = R\$0,0 (dd/mm/aa)

⁵ Métodos de Licitação/Seleção: **a) BID: LPI:** Licitação Pública Internacional; **LPN:** Licitação Pública Nacional; **CP:** Comparação de Preços; **CD:** Contratação Direta; **SBQC:** Seleção Baseada em Qualidade e Custo; **SQS:** Seleção Baseada nas Qualificações dos Consultores; **SD:** Solicitação Direta; **b) Lei 8666: CV:** Convite, **TP:** Tomada de Preços, **C:** Concorrência.

⁶ Ex-post ou Ex-ante.

